

Boletim

Nº 2.043 - Ano 45 - 3 de dezembro de 2018

MAIS INCLUSIVA

Perfil traçado pela Pró-reitoria de Graduação mostra que a UFMG é mais negra – praticamente metade dos estudantes que ingressaram no primeiro semestre deste ano declararam-se pretos e pardos –, recebe mais alunos pertencentes a famílias com renda de até dois salários mínimos e é mais diversificada geograficamente. O levantamento foi feito com base em dados de estudantes matriculados na Universidade na última década.

Página 4 e 5

Reforma que mudou a
universidade faz 50 anos

Página 3

Calouros durante o registro
acadêmico em fevereiro deste ano

Uma **UNIVERSIDADE** do e para o seu **TEMPO**

Sandra Regina Goulart Almeida*

Já se disse que datas são marcos arbitrários, com os quais tentamos ordenar o fluxo do tempo. O ano de 2018 é marcado por importantes efemérides, que sinalizam momentos históricos para a humanidade, para o nosso país e para a nossa Instituição.

Comemoramos os 100 anos da Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina, iniciada com um movimento estudantil que inaugurou o debate sobre temas que hoje fazem parte de nossas pautas, entre os quais a autonomia universitária, a educação inclusiva, a liberdade de cátedra e a liberdade de expressão. Celebramos os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 30 anos da nossa Magna Carta, a Constituição de 1988, marco constitutivo da redemocratização do país e do que viria a ser a concepção de uma nação mais respeitosa e mais inclusiva.

O ano de 1968 é paradigmático – o ano que não terminou, nas palavras do escritor Zuenir Ventura –, quando o mundo e o Brasil viveram momentos de polarização e confronto. É o ano da Primavera de Praga, da Guerra do Vietnã, do movimento de maio de 68 dos estudantes franceses e da noite das barricadas, da morte do estudante secundarista Edson Luís, durante choque com a polícia militar, da prisão de 154 estudantes da Faculdade de Medicina da UFMG, da Sexta-feira Sangrenta e da Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, da prisão de líderes estudantis no 30º Congresso da UNE, no interior de São Paulo, do AI-5 – que dá início ao período mais violento da ditadura militar no país – e de tantos outros eventos que ainda nos assombram. É também o ano da edição, em 28 de novembro, da Lei da Reforma Universitária no Brasil, que instituiu a autonomia econômica e didático-científica das universidades públicas e sua reconfiguração interna, que, no caso da UFMG, se revelaria definidora do que nós hoje viemos a ser.

Articulou-se, assim, na UFMG, no bojo da reforma, o desmembramento da Faculdade

de Filosofia e a criação dos Institutos e das diversas unidades acadêmicas: Fafich, FaE, Fale, ICEx, ICB, IGC e EBA. Também eram fundados os departamentos e preparávamos para iniciar o nosso primeiro vestibular unificado para ingresso em todos os cursos. Ao mesmo tempo, inseríamos em nossa agenda o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da extensão de forma indissociada. Em muitos sentidos, redesenhava-se a nossa missão como hoje a concebemos.

Em certo sentido, cada unidade acadêmica corresponde a uma missão que a UFMG se propõe a cumprir perante a sociedade. O momento da criação de uma unidade corresponde ao tempo no qual a instituição toma consciência dessa missão, mobiliza sua comunidade e se prepara para cumprir essa tarefa que tem origem no passado, adentra o presente e avança no futuro.

A clarividência do presente nos mostra que, pela via da educação, do desenvolvimento da ciência e da reflexão crítica, são construídos os elementos-chave socialmente compartilhados de nosso imaginário de futuro. A Universidade sempre esteve no centro de discussões sobre o ponto mais sensível de uma sociedade: sua reflexão crítica, seu método científico de análise, seu pensamento, sua linguagem, sua consciência.

A UFMG hoje se destaca pela regularidade com que atende à demanda das comunidades interna e externa, com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação de qualidade, como indicam os vários instrumentos de avaliação educacional. Sua pós-graduação atingiu nível importante de excelência, tendo-se tornado referência no país por sua qualidade e impacto acadêmico. Os vários grupos e laboratórios de pesquisa e inovação aqui ancorados são importante referência no Brasil. A esse elevado grau de eficácia, soma-se a amplitude do trabalho de extensão universitária que abriga milhares de alunos da própria instituição e da comunidade externa. Ressalte-se a inerente característica interdisciplinar da pesquisa e das

ações aqui desenvolvidas, mantendo sempre a mirada crítica e questionadora que marca sua atuação, condição indispensável para o fazer acadêmico na contemporaneidade.

No desenho de um futuro que nos aguarda, buscamos inspiração nesse quase século de história em que a UFMG nunca escolheu ficar do lado fácil ou cômodo. Altivamente, sempre escolheu, e sempre escolherá, a educação de qualidade – como bem público e direito de todos –, as propostas mais inovadoras, a busca incansável do e pelo conhecimento, a reflexão crítica e inquietante e a aspiração de autonomia e liberdade – condições insubstituíveis para que nossa missão faça sentido. Estamos atentos e engajados na defesa da universidade pública, da autonomia universitária, do investimento contínuo na educação, na saúde, na ciência, na tecnologia e na construção de políticas de Estado que preservem o importante legado histórico e científico do país construído pelas universidades públicas.

Nesta data simbólica em que comemoramos a origem de várias unidades da UFMG, é importante destacarmos a história, o legado, a presença, a prontidão e a disponibilidade de ir ao encontro dos anseios do nosso Estado e do nosso País, agindo pela sua transformação por meio de uma educação de qualidade e relevante. E na expectativa do seu futuro, por mais aberto que esteja às incertezas próprias dos tempos que virão, algo nos parece certo: o comprometimento desta Casa com a educação pública como elemento constitutivo e libertador dos valores humanos que tanto prezamos e que são comuns a todos nós, independentemente de nossas posições pessoais. Que possamos, pois, construir a universidade de que precisamos para inventar o país que queremos. E, para isso, inspirados em Darcy Ribeiro, nós nos indignaremos sempre que necessário.

*Reitora da UFMG

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou trélicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

Cinquenta anos da **REFORMA**

Pesquisadores analisam a legislação que moldou o ensino universitário brasileiro

Teresa Sanches

Em 28 de novembro de 1968, entrava em vigor a Lei 5.540, encarregada de regular o ensino superior no Brasil. Conhecida como a Lei da Reforma Universitária, propunha investimentos para modernizar e expandir as universidades brasileiras, sobretudo a pós-graduação, com o propósito de impulsionar a economia e o desenvolvimento do país. “Paradoxalmente, também continha cálculo político, para aplacar críticos e opositores do regime ditatorial, representados, em grande maioria, por dirigentes e estudantes universitários”, comenta o professor Rodrigo Patto Sá Motta, do Departamento de História da Fafich.

Segundo o historiador, a reforma universitária de 68 foi, sem dúvida, uma medida autoritária, que começou a vigorar poucos dias antes do Ato Institucional 5 (AI-5). Em contrapartida, promoveu a expansão do sistema de pós-graduação, com investimentos em modernização e infraestrutura. Mas deixou como legado problemas que ainda não foram solucionados, como a dificuldade de acesso ao ensino superior pelas camadas menos favorecidas da sociedade.

De acordo com Sá Motta, havia uma parcela das lideranças universitárias que ansiava por uma universidade reformada. “Digo uma parcela, porque existia outra parte que defendia a manutenção da estrutura vigente. Mas para esse grupo mais jovem e mais dinâmico, considerado de esquerda, a reforma significava uma universidade próxima ao modelo dos países desenvolvidos. Eles queriam ampliar o número de vagas, especialmente para as populações mais pobres, e melhorar as condições de trabalho para os profissionais e as de estudo para os jovens”, afirma o historiador.

No entanto, a reforma levada a cabo pelo regime militar centrou-se na ideia de modernização da produção acadêmica no Brasil. O conflito de interesses se intensificava, segundo o professor, porque, na época, “o modelo que inspirava a reforma universitária era o norte-americano, caracterizado por universidades mais produtivas. Além disso, os Estados Unidos eram o exemplo de país liberal, na vanguarda da luta contra o comunismo no mundo.

Rodrigo Patto Sá Motta conta que, enquanto as elites brasileiras se espelhavam nos Estados Unidos, referência de país liberal e antiesquerdista, a esquerda acadêmica brasileira impulsionava o debate com críticas à influência norte-americana, em vários

aspectos. “Houve muito protesto contra os acordos MEC-Usaid, firmado entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, que emprestou muito dinheiro para as universidades brasileiras”, afirma. Os acordos MEC-Usaid foram implementados no Brasil com base na lei 5.540 após negociação secreta. Eles só se tornaram públicos em novembro de 1966 depois de intensa pressão política e popular. A intenção era reformar o ensino brasileiro de acordo com padrões ditados pelos EUA.

A influência norte-americana refletiu-se, por exemplo, na criação dos departamentos, na extinção das cátedras e na própria institucionalização da pesquisa. Por outro lado, em razão da resistência das lideranças acadêmicas, as universidades brasileiras se distanciaram do modelo norte-americano na questão do financiamento e da autonomia, mantendo-se públicas e sustentadas com recursos do Estado.

Autonomia

Quanto à autonomia universitária, o professor emérito da Faculdade de Educação e docente da PUC-Minas, Carlos Roberto Jamil Cury, observa que, apenas com a Constituição de 1988, ela foi, de fato, “conquistada pelos gestores universitários, pelo menos no que diz respeito à organização pedagógica dos colegiados e departamentos”. Cury observa que, segundo o artigo 3º da Lei 5.540, a autonomia universitária se daria “na forma da lei e estatutos”. Desde então, durante os

20 anos que se seguiram até a Constituição de 1988, houve muitas tensões. “A retirada do termo ‘na forma da lei’, do artigo 207, que trata da questão, representou uma mudança significativa, embora continue na pauta”, observa.

Especialista em legislação educacional, o professor Cury relembra que, antes da lei da reforma universitária, houve, em 1967, um Congresso Constituinte no Brasil, é estabelecido pelo Ato Institucional 4 (AI-4), que promoveu “uma ruptura muito significativa em relação ao financiamento da educação pública no país”. Segundo o professor, até 1967, havia vinculação constitucional de impostos para financiamento da educação superior e para os ensinos de primeiro e segundos graus.

“Com a desvinculação, os recursos foram diminuindo sensivelmente. Ao mesmo tempo, o Brasil vivia o ‘milagre brasileiro’ e havia, por parte do governo ditatorial, uma perspectiva de que o país viesse a se tornar uma grande potência. Para isso, precisava construir uma estrutura de pesquisa considerável e acelerar seu processo de industrialização para substituir as importações. Portanto, ainda que não mais houvesse na Constituição o dispositivo que vinculava recursos para a educação, foram realizados investimentos na expansão e construção dos campi universitários e, sobretudo, na institucionalização da pesquisa e de sua indissociabilidade do ensino”, afirma o professor Carlos Roberto Jamil Cury.



Rodrigo Patto: cálculo político



Jamil Cury: autonomia conquistada em 88



Estudantes que ingressaram na UFMG no primeiro semestre de 2018: perfil mais diversificado

É a CARA do BRASIL

Produzido com dados do SisU, estudo da Prograd mostra que a atual composição discente da UFMG é mais representativa da população do país

Ana Rita Araújo

Quase a metade – 49,3% – dos alunos estudantes que chegaram aos cursos de graduação da UFMG no primeiro período letivo de 2018 se auto-declararam pretos ou pardos. O percentual é praticamente o dobro do registrado em 2008 (26,75%), ano que antecedeu o início da aplicação das políticas de ações afirmativas na Universidade. Os dados estão em relatório sobre o perfil dos estudantes matriculados na última década, elaborado pelo Setor de Estatística da Pró-reitoria de Graduação (Prograd).

O trabalho também mostra que houve crescimento da entrada de alunos cuja renda familiar é de um a dois salários mínimos: em 2014, esses estudantes correspondiam a 11,4% do total, e, em 2018, a 18,2%. Além disso, o estudo também indicou que um terço dos alunos da UFMG tem renda familiar de dois a cinco salários mínimos, compondo a categoria socioeconômica mais frequente.

A análise realizada pela Prograd indica, também, uma mudança nos perfis de pais e mães dos estudantes ingressos na Universidade. Os dados sobre escolaridade materna e paterna revelam que, na última década, os pais de mais de 50% dos ingressantes não tinham curso superior. Em 2008, 46,46% dos pais e 47,29% das mães haviam concluído a

graduação. Em 2018, esses percentuais caíram, respectivamente, para 36,4% e 45,2%.

“A UFMG está mais inclusiva, em razão de um trabalho articulado e consistente que tem o objetivo de contribuir para a transformação social e para a diminuição das desigualdades. Dessa forma, a Universidade cumpre sua importante função pública e social, democratizando de forma sistemática o acesso ao ensino superior”, analisa a reitora Sandra Regina Goulart Almeida, lembrando que, de acordo com o censo de 2010, 53,5% das pessoas em Minas Gerais se declararam pretas ou pardas. No Brasil, o percentual foi de 50,7%.

A pró-reitora de Graduação, Benigna Oliveira, avalia que esse processo vem possibilitando que a composição da comunidade acadêmica reflita mais fielmente a da população brasileira. O aumento do número de estudantes cujos pais e mães não concluíram o curso superior e daqueles cuja renda familiar está entre um e dois salários mínimos reforça a importância das políticas de democratização do acesso ao ensino superior. Ela observa que esses estudantes “terão não apenas uma formação técnica de excelência, mas também crítica e cidadã. Ao mesmo tempo, a Universidade também se transforma com essa diversidade de sujeitos,

enriquecendo-se com a pluralidade de visões e vivências”.

Para a reitora Sandra Almeida, é fundamental que a Universidade conheça o perfil do seu alunado para que possa compreender o impacto da democratização do acesso e refletir sobre as políticas que contemplem um corpo discente que se diversifica a cada nova entrada. Segundo ela, análises como a realizada pela equipe da Prograd contribuem para a definição e o acerto na proposição de políticas acadêmicas. “A finalidade desses levantamentos é oferecer subsídios para o planejamento e a sustentação de políticas de ingresso, de acolhimento e de permanência, baseadas, inclusive, nas demandas que a adesão ao SisU [Sistema de Seleção Unificada] tem apresentado à Universidade”, esclarece a dirigente.

Uma dessas demandas é o fortalecimento da política de assistência estudantil, imprescindível para uma efetiva inclusão e permanência desses estudantes, cujos recursos passaram de R\$22,5 milhões, em 2013, para R\$37,3 milhões, em 2017, período em que o percentual de alunos oriundos de escola pública aumentou expressivamente na Universidade. Em 2013 – primeiro ano da implementação da Lei Federal 12.711, que estabeleceu as cotas e substituiu na UFMG

o Programa de Bônus – estudantes oriundos da rede pública representavam 44,2%, percentual que cresceu para 55,3% no primeiro período letivo deste ano (2018/1).

Tendências

O levantamento revela outras mudanças no perfil dos estudantes, aparentemente provocadas pela adesão da Universidade ao SisU, em 2014: a ampliação do número de estudantes oriundos de outros estados e uma tendência à queda do ingresso de mulheres, que já chegou a 55,8%, em 2013, caiu para 50,8%, em 2014, e neste ano foi de 48,5%.

Embora a maior parte dos candidatos aprovados na UFMG resida em Minas Gerais, esse percentual reduziu-se desde a adoção do SisU: de 93%, em 2013, para aproximadamente 80%, em 2018. Neste ano, o segundo estado com maior percentual de candidatos aprovados na primeira lista de chamadas foi São Paulo (mais de 10%). O menor índice de candidatos residentes em Minas foi de 73,4%, na modalidade de ampla concorrência, enquanto nas modalidades de cotas ocorreram os maiores percentuais de estudantes residentes em Minas Gerais – 92,8% e 90,9%, respectivamente na modalidade 3, que inclui autodeclaração de raça, e na 1, que inclui renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.

“Percebe-se que a vinda de calouros de outros estados é muito mais comum na modalidade de ampla concorrência do que na de cotas. Com o SisU, a UFMG tem conseguido atrair mais pessoas de outros estados. Contudo, na maior parte dos casos, esses candidatos de fora são de família de renda maior, porque a mobilidade é difícil para quem tem mais vulnerabilidade socioeconômica, o que reforça a importância de políticas de inclusão e permanência”, analisa o pró-reitor adjunto de Graduação, Bruno Teixeira.

Pela Lei 12.711/2012, universidades e institutos federais passaram a reservar 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Desse universo, metade é destinada a estudantes com renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salários mínimos. O restante ainda se divide entre vagas destinadas a autodeclarados pretos, pardos e indígenas e a pessoas com deficiência.

Quanto à questão “onde reside atualmente”, respondida pelos calouros, foi observada redução do percentual de candidatos matriculados na UFMG residentes em Belo Horizonte: de 68%, em 2009, para 50,4%, em 2018/1. E cresceu o número de matriculados oriundos do interior do estado, de 14,3%, em 2014, para 22,2%, em 2018/1.

Quanto à presença feminina na UFMG, na distribuição por áreas, entre os ingres-

santes do primeiro período letivo de 2018, as engenharias e as ciências exatas apresentaram os maiores percentuais de estudantes do sexo masculino, respectivamente com 73,4% e 66,5%. As áreas que registraram os maiores percentuais de estudantes do gênero feminino foram humanas (61,1%), biológicas (60,2%) e saúde (59,6%). Para as demais áreas, o percentual de estudantes do gênero feminino foi de 48% em ciências sociais aplicadas, 54,4% em linguística, letras e artes e 55,4% em ciências agrárias.

Nota mínima

As notas mínimas necessárias para ingressar nas vagas reservadas, em 2018, correspondem, em média, a 87,6% da nota mínima para ingresso na ampla concorrência, considerando todos os cursos da UFMG ofertados no SisU. Esse número coincide com percentuais de 10% e 15% adotados pela UFMG de 2009 a 2012, durante a vigência do Programa de Bônus.

Para as oito modalidades de cotas, incluindo pessoas com deficiência, a nota de corte equivale em média a 88% da nota da ampla concorrência. “É uma média alta, com uma diferença não tão significativa. E esse número valida o Programa de Bônus, que a Universidade praticava antes da lei federal que estabeleceu as cotas”, pondera Bruno Teixeira.

Proficiência linguística

O percentual de estudantes que afirmaram não ler em nenhuma língua estrangeira cresceu de aproximadamente 16%, em 2014, para quase 25%, no primeiro semestre de 2018. “Esses números reforçam a importância da política linguística da UFMG, recentemente aprovada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)”, destaca a professora Benigna Oliveira.

A política consolida esforços de capacitação linguística empreendidos historicamente pela UFMG, como a oferta de cursos pelo Centro de Extensão (Cenex) da Faculdade de Letras (Fale), e o acesso ao estudo de português para fins acadêmicos e a línguas adicionais àquelas que o estudante já domina – entre elas a Língua Brasileira de Sinais (Libras). O Programa Idiomas sem Fronteiras, coordenado pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI), também é parte dessa política. A iniciativa tem, entre seus princípios, o acesso democrático ao ensino de línguas e a difusão internacional das produções intelectual, científica, artística e cultural desenvolvidas na Universidade.

UFMG NO SISU

Instituição federal de ensino superior brasileira com maior procura anual no SisU, a UFMG recebeu, em 2018, 155.386 inscrições para as suas 6.339 vagas em cursos de graduação. No último ano antes da adoção do SisU (2013), 60.273 candidatos inscreveram-se no vestibular da UFMG.

De 2011 a 2013, a UFMG utilizou a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para substituir a primeira etapa do Vestibular. Em 2014, aderiu ao SisU, passando a adotar a nota do Enem como único critério de seleção para a maior parte de seus cursos de graduação, excetuando-se os de Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais, Dança, Design de Moda, Música e Teatro, que mantiveram a segunda etapa em sua seleção, com a prova de habilidades específicas.



Os professores Benigna Oliveira e Bruno Teixeira e a coordenadora do Setor de Estatística da Prograd, Carolina Silva Pena

Camila de Oliveira | UFMG

ENSINANDO a solucionar CONFLITOS

Grupo de pesquisa da Comunicação ganha prêmio nacional de direitos humanos com trabalho em ambiente escolar

Dalila Coelho

O Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME), vinculado ao Departamento de Comunicação Social da UFMG, recebeu, no último dia 21, o Prêmio Direitos Humanos 2018, concedido pelo Ministério dos Direitos Humanos. Coordenado pela professora Rousiley Maia, o grupo dedica-se a estudos sobre comunicação e política e desenvolve projetos de deliberação na esfera pública.

Segundo a publicação do ministério, o grupo foi selecionado “por sua relevante atuação, em âmbito nacional e/ou internacional, na promoção e defesa dos Direitos Humanos”. O reconhecimento ocorre às vésperas da celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O grupo EME atua desde 1995 e tem tradição de trabalhar com processos de debate público, com foco em temáticas relacionadas aos direitos humanos, grupos estigmatizados e formas de opressão. Suas ações visam promover transformações tanto no aparato jurídico, por meio do estabelecimento de políticas públicas em consonância com os interesses dos cidadãos, quanto no entendimento geral da sociedade sobre as questões debatidas, desenvolvendo a capacidade de resolver conflitos a partir da deliberação.

Nas escolas

O projeto que o EME vem desenvolvendo há um ano, e que chamou a atenção do Ministério, é o *Deliberação nas escolas: criando capacidades deliberativas*. A professora Rousiley explica que, apesar de a democracia deliberativa ser considerado campo mais inovador das ciências políticas, por criar condições de participação do cidadão, os estudos ainda não haviam sido aplicados entre jovens e adolescentes. Assim, o projeto, em caráter experimental, visa desenvolver habilidades nos futuros cidadãos para a resolução de conflitos de forma não violenta.

“Partimos da teoria de que as habilidades para resolução de conflitos podem ser aprendidas, assim como as capacidades de reflexão sobre os próprios posicionamentos, escuta respeitosa, tolerância e busca por soluções que sejam melhores para todos. Promovemos oficinas para ensinar essas habilidades a estudantes do ensino médio e aferimos a efetividade ou não desses treinamentos de acordo com o comportamento futuro dos jovens”, explica Rousiley.

O projeto piloto é desenvolvido com estudantes da 1ª série do ensino médio da Escola Estadual Laurita de Melo, de Contagem. A iniciativa baseia-se na obra *Deliberation across deeply divided societies*, publicada em 2017 pela Cambridge University Press, fruto de um dos trabalhos anteriores desenvolvido pelo grupo. O livro é resultado de parceria entre pesquisadores de universidades da Suíça, dos Estados Unidos, da Colômbia e do Brasil e reúne experiências de deliberação em sociedades divididas usando como exemplos discussões envolvendo policiais e moradores de favelas do Brasil, guerrilheiros e ex-paramilitares da Colômbia e habitantes da Bósnia e Herzegovina.

Com base no conhecimento apreendido em experiências participativas realizadas anteriormente com cidadãos adultos, o grupo adaptou a metodologia para o ambiente escolar. “Acreditamos que os estudantes que participaram das atividades propostas terão condições de aplicar o conhecimento na resolução de conflitos públicos e pessoais. As oficinas podem se tornar uma ferramenta para formar cidadãos mais bem preparados para resolver conflitos de forma não violenta, por meio de diálogos e da construção coletiva”, conclui Rousiley.

[Matéria publicada no Portal UFMG, em 23/11/2018]



Rousiley Maia com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o ministro dos Direitos Humanos, Gustavo do Vale Rocha

Ministério dos Direitos Humanos

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 13/2018, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Cria o Curso de Graduação em Letras-Libras - Licenciatura, de interesse da Faculdade de Letras da UFMG

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando decisão tomada em 11 de setembro de 2018 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e o Parecer no 22/2018 da Comissão de Legislação, resolve:

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Graduação em Letras-Libras -Licenciatura, de interesse da Faculdade de Letras da UFMG (Processos no 23072.033624/2016-31, no 23072.048896/2017-16 e no 23072.029692/2018-67).

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

FALE, 50 ANOS

A exposição *Vidinha de bordo: o turista aprendiz – 50 anos da Faculdade de Letras*, aberta no Centro de Memória da Fale, reúne objetos, fotografias e vídeos sobre fatos que ocorreram no ano de fundação da Unidade. O público terá a oportunidade de ouvir poemas gravados por professores que integraram o quadro docente e de consultar o acervo de periódicos e livros de ex-alunos. A curadoria é das professoras Heloísa Penna, Sueli Coelho e Tereza Virgínia Barbosa.

As comemorações do cinquentenário da Fale tiveram início em outubro e se estenderão até abril de 2019.

TV UFMG, 20 ANOS

A TV UFMG comemorou, no dia 24 de novembro, 20 anos de atuação. Há duas décadas, em 1998, era gravado o primeiro programa – o extinto *Diálogo possível* – produzido exclusivamente pelo canal. A atração foi apresentada pela professora Mirian Chrystus, do Departamento de Comunicação Social.

Para celebrar a data, a TV UFMG produziu, ao longo dos últimos seis meses, uma série de vídeos comemorativos, abordando diversos aspectos da história da emissora. A primeira matéria abordou a criação da TV, e a segunda tratou da história do jornalismo do canal. No terceiro vídeo, foi apresentada a relação do jornalismo do núcleo com as novas mídias contemporâneas. O processo de formação complementar dos estudantes na emissora foi tema do quarto vídeo. Na quinta reportagem, o assunto foi a apropriação da linguagem audiovisual e das produções da Universidade.

Até 31 de outubro de 2018, as produções audiovisuais da TV UFMG eram também veiculadas pelo Canal Universitário de Belo Horizonte, que está temporariamente fora do ar. A programação do canal pode ser acompanhada no Portal da UFMG, no Facebook (@tvufmg) e no YouTube da emissora.

HISTÓRIA DA CIÊNCIA

O projeto de extensão Escola de História da Ciência está com inscrições abertas, até 10 de dezembro, para debates e minicursos. São ofertadas 120 vagas. A formação, gratuita, será realizada de 28 a 31 de janeiro, com carga horária de 30 horas.

As atividades são destinadas a professores de química, física, matemática, biologia e história da rede pública e privada de ensino fundamental e médio. Também podem participar estudantes de graduação e pós dessas áreas de ensino, além de possíveis interessados, que devem enviar e-mail para ufmgescolahc@gmail.com.



Estudantes premiados nas edições nacional e estadual da olimpíada

OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA

O Colégio Técnico (Coltec) condecorou, com medalhas de ouro, prata e bronze, os 12 alunos vencedores da Olimpíada de Matemática sem Fronteiras (Oims), edição nacional da competição francesa Mathématiques Sans Frontières, realizada em abril. Os estudantes do ensino médio conquistaram ouro e prata, em âmbito estadual, e prata e bronze em nível nacional.

“Trata-se de uma oportunidade de revelar talentos e criar um ambiente diferente e motivador na escola, além de possibilitar experiência internacional”, afirma Maria José Alves, professora do setor de Matemática e coordenadora das olimpíadas no Coltec.

FOMENTO À PESQUISA

Estão abertas as inscrições para submissão de projetos para o Instituto Serrapilheira, agência privada de fomento de pesquisa e divulgação científica. Podem se candidatar novos projetos desenvolvidos nas áreas de ciências naturais (que compreendem ciências da vida, física, geociências e química), matemática e ciência da computação.

Projetos que visem dar continuidade a trabalhos já desenvolvidos não serão contemplados pelo programa. Os incentivos serão creditados a partir de 1º de junho de 2019. Resumos e projetos de pesquisa podem ser submetidos até as 15h do dia 14 de dezembro. Os trabalhos devem ser enviados obrigatoriamente em inglês. Mais informações sobre o processo estão disponíveis no edital. (<https://bit.ly/2FFI5hi>).

Na primeira chamada, válida para este ano, dois professores da UFMG tiveram projetos contemplados: Alexander Birbrair, do ICB, que investiga a função do sistema nervoso periférico no desenvolvimento de tumores e a possibilidade de controlar o crescimento de células tumorais, e Roberto Figueiredo, que investiga o uso da deformação plástica para consolidar partículas de magnésio com outros materiais, sem a necessidade de aquecimento.

DISCIPLINAS ON-LINE

Várias normas educacionais, entre elas a Resolução 13/2018, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), permitem que até 20% da carga horária total dos cursos de graduação presenciais seja ministrada a distância. Muitos docentes, no entanto, ainda não exploram essa possibilidade, seja por desconhecimento, pela dinâmica do ensino a distância ou mesmo por preconceito em relação à modalidade.

Esse cenário motivou o Centro de Apoio à Educação a Distância (Caed), com apoio das pró-reitorias de Graduação e de Pós-graduação, a desenvolver o Espaço Disciplinas EaD no Ensino Presencial, hospedado no sistema MinhaUFMG, que disponibiliza informações básicas sobre a oferta de disciplinas a distância ou semipresenciais.

A inscrição é aberta e pode ser feita, a qualquer tempo, pelo próprio usuário, que deverá estar logado no MinhaUFMG. O conteúdo inclui materiais sobre o planejamento da matéria, sobre o ambiente virtual Moodle e sobre os recursos midiáticos e hipermidiáticos que podem ser utilizados.

É preciso **ESCUTÁ-LA**

À luz do direito, dissertação defende o diálogo como forma de garantir a emancipação e a autonomia da população em situação de rua

Matheus Espíndola

A violação de direitos e liberdades das pessoas que vivem nas ruas é parte de uma lógica perversa, oriunda de concepções políticas influenciadas pelo individualismo na sociedade de mercado. Em Belo Horizonte, a população em situação de rua tem crescido nos últimos anos, sem que a tutela oferecida pelas instituições do sistema de justiça favoreça sua emancipação e reconheça sua autonomia para a garantia de direitos.

“As respostas do poder público a esse cenário não têm sido proporcionais à sua gravidade. Essa população ainda é tratada sob o viés do punitivismo e da criminalização antes de ter garantidos seus direitos. A tendência de aumento das políticas de higienização e segregação também é forte”, avalia a advogada Luana Ferreira Lima, especialista em ação humanitária e com atuação na defesa dos direitos humanos.

Com foco na ação do Ministério Público de Minas Gerais, Luana Lima defendeu, em agosto, a dissertação *Necessidades humanas da população em situação de rua e a atuação de instituições do sistema de justiça*, no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito.

“Conversei diretamente com pessoas desse grupo populacional, buscando compreender suas necessidades e pontos de vista”, explica Luana. Segundo ela, a dialogicidade é urgente para o estabelecimento de novas práticas no processo de reconstrução e defesa dos direitos, com respeito à emancipação e à autonomia para a mudança da realidade e para a compreensão e transformação dos mecanismos que perpetuam essa situação de violação de direitos.

Segregação

Eu estou há anos na rua, nunca tive direito a nada. Não existe direito para o pobre. Nós vivemos uma escravidão demo-

cratizada, declarou um dos participantes das rodas de conversa realizadas pela autora. “A queixa diz respeito exatamente à carência de ações estruturais”, afirma a advogada, que critica a concepção de criminalização, preponderante no sistema de justiça brasileiro. “A reprodução de discursos punitivos e a redução de problemas sociais à aplicação de penas inadequadas sob os pontos de vista social e ético-morais apenas segrega e pune o pobre pela sua própria condição”, ilustra.

Relatos graves foram testemunhados pela pesquisadora: de mães que perderam a guarda de seus bebês assim que deixaram a maternidade a trabalhadores desprezados na cidade. “Os processos estruturais de manutenção da desigualdade social ainda são desconsiderados pela tutela jurídica, como observado nos casos de pessoas que tiveram seus bebês institucionalizados, afastados da convivência familiar, em razão da trajetória de vida nas ruas, por não possuírem moradia, que é um direito constitucional. O direito pressupõe uma igualdade formal, sem levar em conta a vulnerabilidade do indivíduo, questões econômicas, sociais e políticas, não concedendo, assim, a tutela adequada”, argumenta Luana, cuja pesquisa de campo foi realizada de junho de 2017 a março de 2018.

Ação fragmentada

Segundo a autora, mesmo com ações importantes desenvolvidas pelo Ministério Público de Minas Gerais, como a realização de audiências públicas e recomendações, faltam interação e relacionamento institucional com a sociedade. A ausência de interlocução sobre os direitos da população em situação



Campanha promovida pela Pastoral Nacional do Povo da Rua em defesa do direito à habitação

de rua provoca a fragmentação no atendimento das demandas e a baixa compreensão da realidade. Para Luana, o MP falha, por exemplo, em questões que envolvem a higienização social na cidade. “Ele vem agindo como mediador de conflitos, quando a sociedade tem demandado a participação da instituição em ações concretas pela efetividade dos direitos sociais”, critica.

A garantia de um domicílio e do usufruto à cidade, para Luana Lima, é uma referência para que sejam assegurados outros direitos, como saúde, educação e trabalho. “Deve-se assumir o compromisso com os direitos sociais e criar estratégias de articulação entre as instituições, além de compreender a dinâmica social e reconhecer sua complexidade”, conclui a autora.

Pessoas em situação de rua em Belo Horizonte

1998	916
2005	1.164
2013	1.827
2017	4.553

Fonte: PBH

Dissertação: *Necessidades humanas das populações em situação de rua e a atuação das instituições do sistema de justiça*

Autora: Luana Ferreira Lima

Orientadora: Miracy Barbosa de Sousa Gustin

Defesa: em 31 de agosto de 2018, no Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG